

Plano prevê uma redução de 20% da dívida

O Plano Brady, do governo americano, estima um prazo de três anos para a redução da dívida de 39 países, incluindo o Brasil. Mas exige um ajustamento econômico.

O Brasil pode cortar US\$ 15 bilhões de sua dívida com os bancos comerciais e US\$ 3,5 bilhões dos seus pagamentos de juros, se o Plano Brady, anunciado há uma semana, for implementado. E pode conseguir um corte ainda maior, como explicou, ontem, o subsecretário do Departamento do Tesouro, David Mulford. Basta que o País se qualifique para o processo de redução da dívida, que requer a execução de um programa de ajustamento econômico, monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, e negociações diretas com seu Comitê de Bancos Credores.

David Mulford foi extremamente cauteloso ao revelar que o governo americano está calculando que a dívida de 39 países pode ser reduzida em 20% — baixando de US\$ 340 bilhões para US\$ 70 bilhões — e o pagamento de juros pode cair de US\$ 102 bilhões para US\$ 20 bilhões num período de três anos. "No caso de alguns dos maiores países devedores, a porcentagem de redução pode ser maior", acrescentou Mulford.

O subsecretário depôs numa subcomissão de Finanças, Comércio e Política Econômica da Câmara, onde entregou a revisão geral da estratégia para a dívida externa encorajada pelo Congresso, há cerca de seis meses, e pelo presidente George Bush, em dezembro, logo depois de ser eleito. Ao final da audiência, ele admitiu — em entrevista ao nosso correspondente em Washington, Moisés Rabinovici — que o Brasil está entre os países que poderiam reduzir sua dívida — de US\$ 114,9 bilhões, segundo estimativa feita em janeiro pelo Banco Central — e o pagamento de juros (cerca de US\$ 16 bilhões, este ano) em mais de 20%. E aproveitou para dizer que foi "mal entendido" na segunda-feira, ao comentar que o Brasil não se beneficiaria imediatamente do programa de redução da dívida porque, ao contrário do México e da Venezuela, já tinha um acordo recentemente concluído com os bancos comerciais, aos quais deve, conforme o BC, US\$ 76 bilhões.

O acordo brasileiro é citado no relatório que o subsecretário Mulford entregou ao Congresso como o mais recente exemplo de negociação de redução de dívida: "Este pacote foi o primeiro a combinar substancial dinheiro novo com uma significativa redução da dívida, numa demonstração de que estas duas técnicas financeiras não se excluem mutuamente".

O subsecretário Mulford só admitiu os 20% depois de muita pressão dos deputados da Subcomissão da Câmara. "Os números deverão ser diferentes para cada país. E terão de levar em conta os programas de conversão de dívida." Depois, ele ainda advertiu: a revelação de qualquer número pode aumentar ou deprimir expectativas. As primeiras definições surgirão em abril, durante a reunião semi-anual do FMI e Banco Mundial, em Washington.

Outro tabu no depoimento do subsecretário Mulford: o Japão. Os deputados queriam saber quanto o governo japonês se dispõe a empatar no processo de redução da dívida e com que ambições. A resposta foi tão evasiva que um deputado arriscou US\$ 10 bilhões?

"Não posso dar números. Mas acho que deverá ser mais do que US\$ 10 bilhões", respondeu Mulford. Os recursos japoneses entrariam "em base paralela", sem que façam parte do capital do FMI e do Banco Mundial. O Japão não quer, em troca, nenhuma concessão especial. Apenas uma maior influência nas duas instituições multilaterais de crédito, dominadas pelos Estados Unidos e Comunidade Européia.

O subsecretário Mulford se disse encorajado com os primeiros contatos com o Japão, bancos comerciais, países industrializados e alguns dos grandes devedores. Desmentiu que o presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan, estivesse contra o Plano Brady para a redução da dívida. Rejeitou a idéia de criação de uma agência só para a compra da dívida, com deságio, como sugerem o Japão e a França.

Numa introdução à revisão geral da dívida, encorajada pelo Congresso e pelo presidente Bush, o subsecretário Mulford destacou que a "função vital" do Banco Mundial é a de promover reformas econômicas nos países endividados, para "catalisar apoio financeiro adicional". Ele explicou, depois, ao responder a pergunta de um deputado: "A redução da dívida não pode matar o dinheiro novo".

No relatório o subsecretário Mulford lembra ainda que o Plano Brady reserva um papel central para o Banco Mundial e o FMI, que poderão emprestar dinheiro com o qual os países devedores compraram de volta suas dívidas, com desconto. E repetiu: os candidatos terão de apresentar políticas econômicas vigorosas, programas de conversão de dívida, comércio aberto, inflação reduzida e adoção de medidas para reverter a fuga de capitais.



Brady: US\$ 18,5 bilhões a menos na dívida brasileira.